



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

ANEXO I - ESTRUTURA FINANCEIRA

Sigla:	TJPA
Nome do Órgão:	Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Autoridade Máxima:	Desª Célia Regina de Lima Pinheiro
Responsável pela Informação:	Departamento Financeiro
Mês de Referência (MM/AAAA):	Março de 2022
Data da Publicação:	20/04/2022

Inciso I – Despesas com Pessoal e Encargos		Mar
Alínea	Discriminação das despesas	Valores (R\$ 1,00)
I-A	despesas com pessoal ativo	61.402.603,54
I-B	despesas com pessoal inativo e pensões*	0,00
I-C	encargos sociais incidentes sobre a remuneração de pessoal	1.583.842,19
I-D	despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios, requisições de pequeno valor e débitos judiciais periódicos vincendos) a servidores ou empregados, conforme ação orçamentária específica, apropriado pelo Critério de Competência ⁽¹⁾	0,00
	TOTAL	62.986.445,73

Inciso II – Outras Despesas de Custeio		Mar
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
II-A	benefícios a servidores e empregados – auxílio-transporte	1.551.294,56
II-B	benefícios a servidores e empregados – auxílio-alimentação	7.483.081,44
II-C	benefícios a servidores e empregados – auxílio-creche	0,00
II-D	benefícios a servidores e empregados – assistência médica e odontológica	33.105,66
II-E	diárias pagas a servidores, empregados e colaboradores	419.080,91
II-F	Passagens e despesas com locomoção	119.634,97
II-G	Indenizações de ajuda de custo, transporte e auxílio moradia	0,00
II-H	aluguel de imóveis	175.859,88
II-I	Serviços de água e esgoto	49.905,46
II-J	Serviços de energia elétrica	841.995,95
II-K	Serviços de telecomunicações	203.258,10
II-L	Serviços de comunicação em geral	279.472,77
II-M	serviços de informática, incluindo manutenção e locação de software, locação de equipamentos de processamento de dados, serviços de tecnologia da informação, serviços técnico-profissionais de tecnologia da informação, aquisição de software sob encomenda, manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados, e comunicação de dados	1.264.209,42
II-N	serviços de limpeza e conservação	533.396,89
II-O	serviços de vigilância armada e desarmada	346.531,12
II-P	Serviços de publicidade	111.157,84
II-Q	locação de mão de obra e postos de trabalho, ressalvado o apropriado nas alíneas “n”, e “o”	925.522,38
II-R	Serviços de seleção e treinamento	128.453,26
II-S	Aquisição de material de expediente	142.306,43
II-T	aquisição de material de processamento de dados e de software	73.406,70
II-U	aquisição de material bibliográfico	0,00
II-V	aquisição de combustíveis e lubrificantes	118.138,18
II-W	aquisição de gêneros alimentícios	67.101,15
II-X	aquisição de material de consumo, ressalvado o apropriado nas alíneas “s” a “w”	246.094,97
II-Y	serviços médico e hospitalares, odontológicos e laboratoriais	1.725.780,63
II-Z	demais despesas de custeio	2.716.618,21
	TOTAL	19.555.406,88

Inciso III – Despesas com Investimentos		Mar
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
III-A	Construção e reforma de imóveis	0,00
III-B	Aquisição de Material Permanente - Veículos	0,00
III-C	Aquisição de Material Permanente – Equipamentos de Informática	0,00
III-D	Aquisição de Material Permanente – Programas de Informática	0,00
III-E	Aquisição de Material Permanente – Demais itens	75.427,80
	TOTAL	75.427,80

Inciso IV – Despesas com Inversões Financeiras **		Mar
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
IV-A	Aquisição de imóveis, ou bens de capital já em utilização.	1.067.810,00
IV-B	Outras inversões	
	TOTAL	1.067.810,00

Inciso V – Repasses do Tesouro Nacional ou Estadual ou Sub-repasses recebidos, destinados ao pagamento de		Mar
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
V-A	Pessoal e Encargos ⁽²⁾	100.683.491,00
V-B	Custeio ⁽³⁾	11.624.794,45
V-C	Investimento	
V-D	Inversões Financeiras	
	TOTAL	112.308.285,45

Inciso VI – Receitas		Mar
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
VI-A	Recursos a título de Custas Judiciais	7.165.178,40
VI-B	Recursos a título de Taxas Judiciárias	3.633.847,43
VI-C	Recursos a título de Serviços extrajudiciários	5.705.794,85
VI-D	Demais recursos conforme Previsão em leis específicas ⁽⁴⁾	6.833.121,74
	TOTAL	23.337.942,42

* Fonte: SIAFEM e Demonstrativos do IGEPREV

** Não Houve Pagamento

(1) - As despesas referidas não estão preenchidas dado que o único precatório existente em que figuram como credores servidores deste Tribunal, consta como órgão devedor o Estado do Pará, portanto a situação não se enquadra na hipótese aventada.

(2) - Repasse efetivado pelo Estado, conforme percentual da Receita do Tesouro definido na Lei de Diretriz Orçamentária de cada exercício e sua aplicação de acordo com a estrutura programática aprovada nas Leis Orçamentárias Anuais.

(3) - Repasse referente ao imposto de renda retido na fonte.

(4) - Receitas referentes à rendimentos sobre depósitos judiciais, rendimentos sobre aplicações, aluguéis, multas, exercícios anteriores e depósitos judiciais, conforme a Lei nº 6.750/05.

(5) - A execução Orçamentária e Financeira no SIAFEM/2022 iniciou a partir de 25/01/2022, haja vista que o SIAFEM/2022 foi liberado em 13/01/2022 e, ainda, necessitou de ajustes orçamentários em decorrência da integração do novo Sistema GRP-Thema.

(6) - Em que pese o SIAFEM/2022 ter sido liberado para execução orçamentária e financeira em 13/01/2022, foram necessários ajustes em decorrência da integração do novo sistema GRP-THEMA e SIAFEM. Desse modo, a execução da Despesa só foi possível a partir de 25/01/2022.

(7) Em fevereiro/2022, foram repassados pela SEFA-PA R\$ 51.516.902,00 ref. ao excesso de arrecadação gerado pelo PROREFIS (Programa de regularização Fiscal) e R\$ 118.225.352,00 ref. ao repasse da Quóta Parte.